



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	2ª Reunião do Comitê de Governança e Estratégia - 2023
Data	12/12/2023
Horário (início/término)	14h
Local	Presencial - Sala de Reunião da Presidência

2. PAUTA

ID	Descrição do item
06/2023	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024
07/2023	Apresentação de futura Revisão do PEI com o gerenciamento de Riscos dos OEs para 2024
08/2023	Situação dos Planos Intraorganizacionais do TRT-6
09/2023	Perspectivas de 2024

3. PARTICIPANTES

	Nome Cargo	Lotação
1	Nise Pedroso Lins de Sousa Desembargadora Presidente do TRT6	Presidência
2	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro Juíza Auxiliar da Presidência	Presidência
3	Renata Conceição Nóbrega Santos Juíza Auxiliar da Corregedoria	Corregedoria
4	Saulo Bosco Souza de Medeiros Juiz da Comissão de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição	1ª Vara do Trabalho de Jaboatão dos Guararapes
5	Antiógenes Carneiro Pereira Filho Secretário Geral da Presidência	Presidência
6	Humberto Corrêa de Oliveira Andrade Secretário Geral Judiciário	Presidência

7	Luciana de Moraes Hazin Diretora da Secretaria de Governança e Estratégia	SEGGEST
---	-------------------------------------------------------------------------------------	---------

4. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

	Nome	Lotação
1	Sergio Torres Teixeira Desembargador Vice-Presidente do TRT6	Vice Presidência
2	Fábio André de Farias Desembargador Corregedor do TRT6	Corregedoria
3	Necy Lapenda Pessoa de Albuquerque de Azevedo Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Ipojuca	2ª Vara do Trabalho de Ipojuca
4	Renata Maria Pessoa Maranhão de Lima Secretaria da Corregedoria	Corregedoria

5. CONVIDADOS

	Nome	Lotação
1	Wladimir Rolim Diretor Geral do TRT-6	Diretoria-Geral
2	Rafael Val Nogueira Juiz Titular	Juiz Presidente da AMATRA-6
3	Paulo Roberto Gonçalves Cerqueira Assessor da Vice-Presidência	Vice Presidência
4	Luciana von Söhsten Assistente da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	SEGGEST
5	Mancinelli Faustino Vila Nova Chefe da Divisão de Governança e Projetos Estratégicos	DGPE

6. DESENVOLVIMENTO

No dia 12 de dezembro de 2023, às 14h15, na sala de reuniões da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, reuniram-se os membros do Comitê de Governança e Estratégia. A Desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa abriu a sessão e passou a palavra para Luciana Hazin para iniciar a pauta da reunião.

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----	---------

Luciana Hazin, iniciou a reunião do Comitê revisando o último encontro, no qual foi apresentado o Plano Estratégico do TRT-6, os planos intraorganizacionais, e por fim a proposta da revisão do planejamento estratégico. Destacou que a revisão do planejamento estratégico do TRT-6 está sendo direcionada pelas Regras de Ouro (Resolução CSJT n. 290/2021).

Informou que, embora a revisão do CSJT esteja programada para iniciar em março de 2024, não há problema que o TRT-6 antecipe esse processo, considerando, inclusive, que houve mudanças de gestor estratégico no Conselho.

Informou que a revisão do planejamento estratégico do CSJT está prevista para iniciar em março/24 mas que acredita que o TRT-6 pode se antecipar nesse trabalho, inclusive porque houve mudança do secretário de Gestão Estratégica do Conselho.

As propostas para revisão do planejamento do Tribunal incluem a reformulação do documento atual, retirando indicadores não monitorados, incluindo outros indicadores, além de estabelecer metas qualitativas, criação de glossário do TRT-6 para facilitar o acompanhamento dos indicadores e metas.

Luciana apresentou sugestões para a revisão do plano estratégico para 2024, considerando perspectivas e objetivos estratégicos do mapa do Tribunal. A reunião abordou a retirada e inclusão de indicadores para um acompanhamento mais eficaz da estratégia, com planos para uma revisão mais aprofundada em 2024, desdobrando objetivos estratégicos em metas menores. A análise ambiental começou com avaliações em unidades-chave (Diretoria-Geral, Presidência, Secretaria Administrativa, Corregedoria, Vice-Presidência e outras), seguida por uma análise de riscos dos objetivos estratégicos.

Luciana ressaltou que a proposta de revisão do planejamento estratégico será submetida ao Pleno do Tribunal após a deliberação do Comitê.

Foram as seguintes propostas, para cada objetivo estratégico:

Na busca por **fortalecer a comunicação e parcerias institucionais**, a proposta sugere excluir a **Pesquisa de Imagem (PI-JT)** devido à sua natureza nacional e, portanto, necessitar intervenção do CSJT. A ausência de métricas e monitoramento inviabiliza sua inclusão.

Quanto ao **Índice de Satisfação (IS)**, a sugestão é integrá-lo, monitorando em 2023 e 2024 e estabelecendo metas a partir de 2025. A métrica do CSJT seria adaptada ao TRT-6 por meio da nova pesquisa de satisfação.

Para o objetivo de **promover trabalho decente e sustentabilidade**, a proposta envolve incluir o **Índice de Alcance das Metas do Plano de Logística Sustentável (IAM-PLS)**, que já é monitorado mas não é formalizado no planejamento estratégico. O monitoramento dos resultados do PLS em 2023 deve ser utilizado para estabelecer metas em 2024.

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----	---------

Para a revisão do objetivo **garantir a duração razoável do processo**, a proposta é incluir o **Índice de Sentenças Líquidas (ISL)** utilizando a métrica do CSJT adaptada ao TRT-6. O monitoramento dos resultados de 2023 será usado para fixar metas em 2024. O Dr. Saulo destacou a importância de ajustar a métrica para excluir os improcedentes, por sua natureza. Luciana esclareceu que a métrica do CSJT refere-se às sentenças procedentes e procedentes em parte.

Além do ISL, propõe-se adotar o **Índice de Atendimento à Demanda (IAD)**, já monitorado pelo Tribunal para o Prêmio CNJ de Qualidade, e que a medição é feita pelos diferentes graus de jurisdição. Hoje, o do 1º grau é muito bom, mas o 2º grau tem condições de melhorar.

Para o objetivo **Promover a Integridade e a Transparência em Relação aos Atos de Gestão Praticados**, sugere-se incluir o **Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria (IADRDA)**, já monitorado pela Secretaria de Auditoria, mas sem monitoramento pelo planejamento estratégico.

O **Índice de Avaliação de Riscos (IAR)** tem sua inclusão proposta, adotando a métrica do CSJT, monitorada em 2024 para fixar metas para 2025. Adicionalmente, propõe-se incluir o indicador **Nível de Maturidade Global de Riscos (NMGR)**, adotando a métrica do CSJT adaptada para a realidade do Tribunal.

Para **Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas**, propõem-se quatro indicadores (conforme quadro abaixo) de conciliação já monitorados para o Prêmio CNJ de Qualidade e para o Conciliar é Legal. A proposta é monitorar os resultados em 2023 para estabelecer metas em 2024.

PROPOSTA	Perspectiva Processos Internos		Objetivo Estratégico: Assegurar o Tratamento Adequado dos Conflitos Trabalhistas	
	Indicador	Meta	Status no PEI	Proposta
	Índice de Conciliação (IC)	Meta Nacional 3	Adoção obrigatória; Métrica definida pelo CNJ.	-
	Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCS	Monitorar resultado de 2023 para fixar meta para 2024	-	Inclusão com adoção de métrica do CNJ
	Índice de Conciliação no 1º Grau (IC1)	Monitorar resultado de 2023 para fixar meta para 2024	-	Inclusão com adoção de métrica do Prêmio CNJ de Qualidade
	Índice de Conciliação no 2º Grau (IC2)	Monitorar resultado de 2023 para fixar meta para 2024	-	Inclusão com adoção de métrica do Prêmio CNJ de Qualidade
Índice de Conciliação na Execução (ICExec)	Monitorar resultado de 2023 para fixar meta para 2024	-	Inclusão com adoção de métrica do Prêmio CNJ de Qualidade	

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----	---------

Luciana destacou a colaboração do NUPEMEC e a Vice-presidência para fortalecer as ações de conciliação do Tribunal, e que a adoção dos índices vai auxiliar a análise das conciliações nos 1º e 2º graus separadamente. Enfatizou ainda, o desafio de melhorar as conciliações em processos de execução.

Dra Renata informou sobre o plano da Corregedoria para melhorar conciliações em processos de execução para 2024.

No objetivo de **Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas**, propõe-se excluir do indicador **Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o trânsito em julgado do processos em que a tese deveria ser aplicada (TMTJ)** por ser de pouca relevância estratégica para a realidade do TRT-6.

Para o indicador **Tempo Médio entre a Afetação e a Sentença de Mérito (TMASM)** a proposta é adotar a métrica do CSJT monitorando em 2023/2024 para fixar metas em 2024/2025.

Para **Fortalecer a governança e a gestão estratégica** sugere-se:

- excluir o **Índice de Classificação Documental no Processo Judicial Eletrônico (ICDPJE)**, considerado pouco estratégico para o TRT-6. Dra Renata questionou se indicador pode auxiliar com uso de ferramentas de busca textual no PJe, mas Luciana esclareceu que a finalidade é reduzir a quantidade de documentos eletrônicos do PJe pendentes de classificação, e não diz muito sobre pesquisa textual dos documentos;

- adotar a métrica do CSJT adaptada para o TRT-6 para o **Índice de Processos de Trabalho Críticos Mapeados com Identificação dos Controles Internos (IPMCI)**, para monitorar no ano de 2024 e fixar metas em 2025;

- estudar e realizar levantamento do **Índice de Gestão e Governança + ESG (iESGo)**, considerando que o iESGo vem substituir o IGG, inclusive que em 2024 o TCU fará um levantamento. Wladimir informou que o TCU já encaminhou uma prévia do levantamento que será aplicado no final de fevereiro/2024. Luciana explicou que o ESG é uma nova forma de governança que amplia o conceito de governança para o ambiente e o social.

Luciana informou que recebeu uma minuta do levantamento do TCU por meio do grupo de trabalho que colabora com o órgão. Esse levantamento será aplicado em fevereiro e vai medir o nível de maturidade da governança das instituições públicas.

Para o objetivo **Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira** propõe-se excluir o **Índice de Cumprimento da EC 95/2026** devido à ausência de métrica fixada e monitoramento. Wladimir complementou informando que o teto de gastos é o arcabouço fiscal, então esse indicador realmente não faz muito sentido.

E ainda propõe-se a inclusão do **Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD)** que já é monitorado pela Secretaria de Orçamento e

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----	---------

Finanças (SOF) desde o início do ano. A proposta é fixar meta para 2024, adotando a métrica do CSJT adaptada.

No objetivo de **aprimorar a infraestrutura física, material, de TIC e de segurança institucional**, o indicador **Índice de Cumprimento do Plano Anual de Contratações (ICPAC)** já é monitorado, com meta definida pelo Subcomitê de Imóveis.

Para esse mesmo objetivo, há a proposta de um estudo para a criação de indicadores de gestão de imóveis, considerando, inclusive, o acórdão da auditoria de imóveis. Esse estudo está sendo analisado, inclusive com a gestão de riscos.

Para o objetivo **Incrementar Modelo de Gestão de Pessoas**, Luciana mencionou a dificuldade em cumprir a meta específica da Justiça do Trabalho, que é quantitativa e qualitativa.

Dra Adriana questionou se o quantitativo mínimo de magistrados para a realização de exames periódicos já foi atingido, informando que faltavam dois para o alcance da meta.

Dra Renata expressou preocupação com a falta de adesão dos magistrados para o cumprimento da meta, e destacou uma ação planejada pela Corregedoria, Divisão de Saúde e EJud-6 durante a Semana de Formação de Magistrados, em janeiro, e renovada em agosto/24, visando a adesão dos magistrados aos exames médicos periódicos.

Luciana von Söhsten sugeriu que a Divisão de Saúde passe a controlar e cobrar a realização dos exames assim servidores(as) e magistrados(as) recebam as guias de exames.

Dra Renata informou sobre parcerias com clínicas no interior para realizar os exames.

Dra Renata e Dra Adriana mencionaram que talvez seja necessário a revisão do normativo que trata de exames periódicos.

Dra Nise e Paulo Cerqueira destacaram que há tribunais que tornaram obrigatória a realização de exame periódico. Dr Rafael menciona a necessidade de uma abordagem mais efetiva para a realização desses exames. Luciana Hazin mencionou que isso não só contribuiria para aumentar a amostragem, mas também ajudaria nas promoções de saúde para reduzir a incidência de doenças - perspectiva qualitativa da meta.

Retornando às propostas de novos indicadores, Luciana Hazin apresentou a proposta de inclusão de três indicadores com adoção da métrica do CSJT e, em todos eles, monitorar o resultado de 2023 para fixar metas para 2024. São eles:

- **Índice de Capacitação de Magistrados(as) e o Índice de Capacitação de Servidores(as)**, o monitoramento já acontece pela EJud;
- **Índice de Aderência à norma que padroniza a estrutura de 1º e 2º graus da JT (IANE)** - monitorar o quantitativo de servidores e suas lotações e o quantitativo de funções comissionadas e seus gastos.

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
-------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----	---------

Para o objetivo **Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e a Proteção de Dados**, Luciana informou que em 2023 não houve indicador relacionado a esse tema, mas a equipe da STIC monitorou o **Índice de Governança de TIC (iGovTIC-JUD)**, alcançando nível de excelência em maturidade, em 2023. A proposta é estabelecer metas em conjunto com o Comitê de GovTIC e a Coordenadoria de Governança da STIC com monitoramento e prévias de levantamento.

Outra proposta é a criação do indicador **Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC (ISTIC)**, utilizando a métrica do CSJT com monitoramento de resultados em 2023 e 2024 para fixar metas em 2024/2025.

Luciana Hazin encerrou as propostas para a criação/exclusão de indicadores na revisão do planejamento estratégico, e houve aprovação pelos os membros do Comitê que estavam presentes.

Deliberação:

O Comitê, por unanimidade aprovou as propostas apresentadas, aqui resumidas:

Exclusão dos indicadores:

1. Pesquisa de Imagem (PI-JT);
2. Tempo médio entre o trânsito em julgado do precedente e o trânsito em julgado do processos em que a tese deveria ser aplicada (TMTJ);
3. Índice de Classificação Documental no Processo Judicial Eletrônico (ICDPJE);
4. Índice de Cumprimento da EC 95/2026 (ICE95).

Adoção dos indicadores:

1. Índice de Satisfação (IS);
2. Índice de Alcance das Metas do PLS (IAM-PLS);
3. Índice de Sentenças Líquidas (ISL);
4. Índice de Atendimento à Demanda (IAD);
5. Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria (IADRDA);
6. Índice de Avaliação de Riscos (IAR);
7. Nível de Maturidade Global de Riscos (NMGR);
8. Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs;
9. Índice de Conciliação no 1º Grau (IC1);
10. Índice de Conciliação no 2º Grau (IC2);
11. Índice de Conciliação na Execução (ICExec);
12. Tempo Médio entre a Afetação e a Sentença de Mérito (TMA SM);
13. Índice de Processos de Trabalho Críticos Mapeados com Identificação dos Controles Internos (IPMCI);
14. Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD);
15. Índice de Capacitação de Magistrados;
16. Índice de Capacitação de Servidores;
17. Índice de aderência à norma que padroniza a estrutura de 1º e 2º graus da JT (IANE);
18. Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC (ISTIC).

Análise e estudo de possíveis indicadores e monitoramento:

Item:	Proposta de Revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para início de 2024	ID	06/2023
<ol style="list-style-type: none"> 1. Indicador(es) para Gestão de Imóveis; 2. Estudo da substituição do IGG pelo iESGo; 3. Índice de Governança de TIC (iGovTIC-JUD). 			

Item:	Apresentação de futura Revisão do PEI com o gerenciamento de Riscos dos Objetivos Estratégicos para 2024	ID	07/2023
<p>Luciana prosseguiu com a reunião, enfatizando que a revisão do planejamento estratégico visa também à adequação às recomendações da auditoria, incluindo a análise e gerenciamento de riscos nos objetivos estratégicos. Essa abordagem visa orientar melhor as futuras iniciativas estratégicas, com previsão de medir benefícios e resultados alcançados.</p> <p>Ela informou que a SEGGEST, juntamente com a Divisão de Governança e Projetos Estratégicos (DGPE) reformulou a metodologia de projetos, que ainda não foi publicada.</p> <p>Algumas unidades foram solicitadas a realizar uma análise de ambiente para cada objetivo estratégico usando a análise SWOT/FOFA, e embora algumas unidades não tenham concluído, serão novamente demandadas para finalizar a análise. A SEGGEST, DGPE e CIPIN iniciaram a avaliação dessa análise de ambiente, incluindo a análise de riscos.</p> <p>Mancinelli enfatizou a importância desse diagnóstico para desdobrar os objetivos estratégicos em metas mais específicas, facilitando o monitoramento da estratégia. Luciana acrescentou que a intenção é tornar os objetivos estratégicos mais mensuráveis para facilitar o desenvolvimento de iniciativas com maior impacto para o Tribunal.</p>			

Item:	Situação dos Planos Intraorganizacionais do TRT-6	ID	08/2023
<p>Os Planos Intraorganizacionais, desenvolvidos a pedido do CSJT, visam desdobrar o planejamento estratégico em três áreas específicas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Comunicação Social; 2. Pessoas; 3. Gestão Orçamentária <p>Luciana informou que os três planos intraorganizacionais do Tribunal já estão prontos, foram desenvolvidos pelas as unidades responsáveis (CCS, DIGOV e SOF, respectivamente) com apoio da SEGGEST e da DGPJ, e serão submetidos à presidência.</p> <p>Mancinelli acrescentou que são documentos técnicos que norteiam as unidades para que colaborem com o alcance dos objetivos estratégicos.</p>			

Item:	Perspectivas de 2024	ID	09/2023
<p>Mancinelli reforça que a governança está cada vez mais integrada a tudo, e há necessidade de alinhar os três pilares da governança e que o ESG vem integrado em todas as atividades.</p> <p>Como exemplo, foi mencionado as exigências do Prêmio CNJ de Qualidade e também do levantamento de governança do TCU (iESGo), que os mecanismos de governança (liderança, estratégia e controle) alcançaram um novo nível de maturidade incluindo o social e o ambiental.</p> <p>Mancinelli ressalta a necessidade de integrar os processos de trabalho das governanças do Tribunal. Luciana ressalta que os pilares de governança do TRT-6 já atuam em conjunto, mas que em 2024 a perspectiva é que as unidades de governança trabalhem mais alinhadas.</p>			

7. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Compromissos		Responsável	Data
1	Elaborar minuta da revisão do planejamento estratégico com as deliberações da reunião acerca dos indicadores.	SEGGEST (UAE)	Até a próxima reunião
2	Solicitar - às unidades restantes - a análise SWOT de diagnóstico de ambiente para a revisão do planejamento estratégico.	SEGGEST/DGPE	Até 12/01/24
3	Encaminhar os Planos Intraorganizacionais para a presidência	SEGGEST/DGPE	Até 05/02/24

8. PRÓXIMA REUNIÃO

Local	Data prevista	Horário previsto
Sala de reuniões da presidência	15 de abril	14h

9. ASSINATURA DOS PRESENTES QUE APROVAM A RESPECTIVA ATA

	Nome Cargo	Assinatura
1	Nise Pedroso Lins de Sousa	<i>Assinado eletronicamente</i>
2	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Renata Conceição Nóbrega Santos	<i>Assinado eletronicamente</i>
4	Saulo Bosco Souza de Medeiros	<i>Assinado eletronicamente</i>

5	Rafael Val Nogueira	<i>Assinado eletronicamente</i>
6	Antiógenes Carneiro Pereira Filho	<i>Assinado eletronicamente</i>
7	Humberto Corrêa de Oliveira Andrade	<i>Assinado eletronicamente</i>
8	Wladimir Rolim	<i>Assinado eletronicamente</i>
9	Luciana de Moraes Hazin	<i>Assinado eletronicamente</i>
10	Luciana von Söhsten	<i>Assinado eletronicamente</i>
11	Mancinelli Faustino Vila Nova	<i>Assinado eletronicamente</i>
12	Paulo Roberto Gonçalves Cerqueira	<i>Assinado eletronicamente</i>